

Balanco da literatura sobre o governo Lula (2003-2010): os elementos de continuidade entre os governos de Cardoso e Lula.

Pesquisa em andamento

Gt 14 - Hegemonia estadunidense: políticas públicas, sociais e alternativas

Diego de Souza

Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).
Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Práxis (UACS/PPGCS). End. Eletrônico:
diegosouza1917@gmail.com

Resumo:

A partir de um balanço da literatura sobre o governo Lula (2003-2010), procuramos conhecer e problematizar os elementos de continuidade entre os governos de Cardoso e Lula. Trata-se de uma análise comparativa que pretende problematizar, a partir de vários autores e temas, as relações de continuidade entre esses governos. A nossa hipótese, analisando a literatura proposta, é de que continua a hegemonia da fração do grande capital financeiro nacional e internacional no interior do bloco no poder, apesar de todas as inflexões presentes no governo encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores e pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva a partir de 2003.

Palavras-chave: governo Lula; governo FHC; análise comparativa.

1. Introdução

As novidades, os limites, as contradições do governo do Partido dos Trabalhadores e do presidente Luís Inácio Lula da Silva entre os anos de 2003 e 2010, formado a partir de uma grande coalizão de partidos políticos, fazem do mesmo um objeto de análise muito rico em suas múltiplas determinações no processo político brasileiro.

A ascensão de Lula e do PT à Presidência da República do Brasil não é apenas uma resposta ao governo de Fernando Henrique Cardoso. A ascensão de Lula é uma expressão de um processo muito mais amplo que se estendeu pelo conjunto da América Latina. São os chamados “novos” governos latino-americanos, a exemplo de Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador e Cristina Kirchner na Argentina. E, é justamente a concepção de que esses governos trazem algo de “novo” para o cenário político latino-americano que os faz objetos de investigação valiosos em suas múltiplas dimensões.

A vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002 foi produto das contradições no interior do modelo capitalista neoliberal no Brasil. A estagnação econômica, a crise de representação das democracias burguesas e o entendimento técnico dos campos econômico e político, são expressões dessas contradições.

E, essas contradições do modelo neoliberal acabaram por engendrar um esgotamento de pensar a política no interior do modelo, deixando em aberto o campo de disputa para que “novas” alternativas se apresentassem no cenário político da América Latina. A vitória de Lula em 2002 foi potencializada em grande medida pelo empresariado brasileiro, pois o mesmo acreditava que o ex-operário seria a

melhor opção para lidar com a crise econômica e política que aconteceu na Argentina entre 2001 e 2002¹, que afetava diretamente a econômica brasileira e de toda a região.

A candidatura do PT em 2002, encabeçada por Lula, foi abraçada por alguns na tentativa de que o país pudesse trilhar um novo caminho, em direção oposta aos ditames do modelo capitalista neoliberal e dos órgãos decisórios da econômica mundial, a exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Banco Mundial. A aposta e a esperança de parte dos movimentos sociais organizados, do movimento sindical e do movimento estudantil no Brasil e no mundo era que o governo pudesse alterar as relações entre capital e trabalho até então vigentes no Brasil, adotando políticas que melhorassem substancialmente a vida da classe trabalhadora em detrimento dos lucros do capital financeiro nacional e internacional. No entanto, como diz Plínio de Arruda Sampaio Jr., as esperanças não vingaram².

A “hipótese” de hegemonia neoliberal durante o governo Lula pode ser problematizada a partir dos seguintes elementos: a abertura comercial, a desregulamentação financeira, a privatização, o ajuste fiscal e o pagamento da dívida, a redução dos direitos sociais, a desregulamentação do mercado de trabalho e a desindexação dos salários (BOITO JR., 2003, p.10).

Por outro prisma, durante o governo Lula, tivemos algumas inflexões, a saber: a recuperação do salário mínimo, a criação de milhões de empregos formais, a incorporação de milhões de famílias ao consumo, a recuperação do salário médio (ainda que essa recuperação tenha sido lentíssima) e apresentou uma taxa de crescimento médio anual de 4%, ultrapassando a média mundial que no período foi de 3,2%. Esta é mais uma leitura sobre o governo Lula, no entanto, não é nosso objetivo problematizá-la nessa reflexão.

O objetivo deste artigo, a partir de uma perspectiva de análise comparativa, é conhecer e problematizar os elementos de continuidade entre os governos de Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010). A relação de continuidade entre esses governos tem como pressuposto a política econômica adotada no segundo mandato de FHC (1999-2002), onde após a crise cambial de 1999 adotou-se uma política de balança comercial superavitária. Esse foi o embrião da política de exportação que foi implementada em seguida pelo governo Lula.

2. O caráter neoliberal do governo Lula: a perspectiva de continuidade entre os governos de Cardoso e Lula

2.1 Modelo econômico e especialização da econômica brasileira

Apontando uma ideia de continuidade entre os governos de Cardoso e Lula e, portanto, destacando o caráter neoliberal desse segundo governo, Reinaldo Carcanholo (2006) aponta que o governo do ex-líder sindical logrou consolidar o projeto neoliberal, estabelecendo uma unidade mais orgânica na burguesia brasileira em torno do projeto, ao incorporar setores da pequena e média burguesia e interesses de setores produtivos dentro do projeto, algo que o governo de FHC não conseguiu ou não tinha interesse em realizar.

Segundo Carcanholo, em *Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay*, o projeto neoliberal no Brasil se expressa a partir de várias mudanças. As mudanças tributárias e no campo da seguridade social mostraram-se absolutamente insatisfatórias desde o ponto de vista dos movimentos populares. O governo Lula conseguiu modificar a seguridade

¹ Essa crise ficou mais conhecida como o “argentinaço”, uma série de revoltas populares que causaram a instabilidade do sistema político argentino e a troca de cinco presidentes no período de uma semana. Tratou-se de um movimento de contestação aos ditames do modelo capitalista neoliberal no país.

² SAMPAIO JR., P. A. *Brasil: as esperanças não vingaram*. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal18/AC18Sampaio.pdf>. Acesso: maio de 2013.

social dos servidores públicos, criando os fundos privados de pensão e os colocando sob direção de ex-trabalhadores operários e banqueiros.

Este autor ainda destaca que continua a hegemonia do capital financeiro, agora fortalecido com a inclusão dos interesses do grande capital produtivo no segundo governo de FHC e no governo de Lula. Esta afirmação explica a nossa hipótese de ascensão da grande burguesia interna industrial e agrária no interior do bloco no poder no Brasil sob o governo Lula.

Continuando nessa mesma linha, Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2006) em *Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay*, sustenta que o continuísmo da política econômica e a filosofia das políticas sociais significou um aprofundamento brutal do neoliberalismo. A tese de Plínio Jr. é de que o governo Lula acelerou o processo de reversão neocolonial que está em curso no Brasil há algumas décadas. Isso significa dizer que a política econômica do governo do ex-operário aprofundou a reprimarização do sistema produtivo da economia brasileira e, conseqüentemente, acelerou a desindustrialização através do aprofundamento de uma política de produção e exportação de produtos com baixa densidade tecnológica.

Há uma política industrial, mesmo com muitos limites, e há uma maior participação do capital produtivo, mas tudo está subordinado aos limites estruturais impostos por uma política econômica conservadora que legitima e aprofunda o lugar de subalternidade da economia brasileira na divisão internacional do trabalho de produção e exportação de produtos com baixo valor tecnológico agregado, as denominadas *commodities* (mercadorias). Isto significa dizer que o governo não procurou se chocar com a hegemonia do grande capital financeiro nacional e internacional, mas pelo contrário, reforçou o papel historicamente desempenhado pela economia brasileira de exportação de produtos primários, típico de uma economia colonial.

Sobre o caráter neoliberal do governo Lula, o professor de economia da Unicamp destaca que os eixos fundamentais da política econômica foram todos radicalizados. O governo subordina todas as suas ações à necessidade de gerar mega saldos comerciais para o pagamento da dívida externa; produzir gigantescos superávits fiscais para alimentar os rentistas do Estado; e abrir novas frentes de negócios para o grande capital.

A reforma da previdência, as mudanças tributárias, a lei de associação público-privada, a reforma sindical, a medida política de dar autonomia ao presidente do Banco Central do Brasil demonstram a ofensiva do capital sobre o trabalho. No plano produtivo,

Lula profundizó la opción preferencial por los agronegocios. La política agrícola está voltada a beneficiar a los grandes monopolios para exportación. En el campo, el gobierno de Lula privilegia lo monocultivo en gran escala, basada en la explotación de mano de obra batara y la depredación del medio ambiente. [...] La prioridad dada al agronegocio contrasta con la absoluta ausencia de una política industrial (PLINIO JR., 2006: p.37).

As constatações de Plínio Jr. e Carcanholo nos ajudam a traçar as linhas de continuidade entre os governos Cardoso e Lula, que se expressam na manutenção das políticas de privatização, na desregulamentação financeira, no ajuste fiscal e na preferência pelo capital financeiro nacional e internacional. Tais constatações nos permitem problematizar a nossa hipótese de hegemonia do grande capital financeiro nacional e internacional no interior do bloco no poder.

Carcanholo aponta que o governo Lula logrou incorporar interesses de setores produtivos dentro do projeto, o que explica o segundo momento da nossa hipótese que diz respeito à ascensão da grande burguesia interna.

A ideia de reversão neocolonial de Plínio Jr. nos permite problematizar o processo histórico de reprimarização e desindustrialização da econômica brasileira, que é aprofundado sob o governo Lula

com a manutenção e radicalização da política de produção e exportação de produtos com baixo valor tecnológico agregado, o que permitia sucessivos saldos positivos na balança comercial do país, tendo em vista a forte demanda por *commodities* e sua alta cotação no mercado mundial. Essa opção política de produzir sucessivos saldos na balança comercial do país tem seu embrião no segundo governo Cardoso (1999-2002) após a crise cambial de 1999, e é mantida e radicalizada pelo governo Lula com o objetivo de pagar os crescentes juros da dívida pública aos rentistas do capital financeiro.

2.2 A formação de uma nova classe social: as convergências programáticas entre PT e PSDB

O sociólogo Francisco de Oliveira foi um dos primeiros analistas a fazer uma reflexão séria sobre o governo Lula. Considerado como um dos principais fundadores do PT, rompe com o mesmo no início de 2003. Este intelectual, que há muito tempo acompanha a história do PT e a própria trajetória de Lula desde um ponto de vista crítico acadêmica e politicamente, faz o esforço de pensar o que é esse governo e o que ele representa para a classe trabalhadora no Brasil.

Em *O momento Lênin* (2006), Oliveira afirma que a eleição de Lula era uma virtualidade na conjuntura de indeterminação criada pelo turbilhão da desregulamentação do período FHC, caracterizada pela suspensão das relações entre economia e política, entre classes e representação, com as fortes mudanças do último decênio, sobredeterminadas pela intensa exposição à globalização do capital.

Uma das questões políticas de fundo que Oliveira levanta em relação ao governo Lula é: esse governo saiu do labirinto do neoliberalismo? Para ele, Lula recompôs o sistema político que o turbilhão combinado da desregulamentação de FHC e da globalização que havia implodido. A “Carta ao Povo Brasileiro”³ anunciou e garantiu que os contratos seriam respeitados, e o conservadorismo da política econômica justificou-se com o argumento de não promover rupturas que desestabilizassem a economia e o governo.

Para Oliveira, apesar do PT ter sido um partido forjado diretamente do movimento sindical, o centro de gravidade do governo Lula está diretamente ligado aos processos de financeirização do capitalismo no Brasil. Essa contradição, segundo este autor, foi explorada em *O ornotorinco*. Trata-se da formação de uma nova classe social, cujo lugar no sistema é definido pela função que ocupa no acesso aos fundos públicos.

No livro *Crítica à razão dualista – o ornotorinco*, Oliveira (2003), já no primeiro ano do governo Lula, faz um reflexão muito ousada no sentido de apontar a existência de uma nova classe social no Brasil. Segundo este autor, essa nova classe social é resultado das convergências programáticas entre PT e PSDB, onde o governo de Lula radicaliza o programa de FHC. Nas próprias palavras de Oliveira,

não se trata de equívoco, nem de tomada de empréstimo de programa, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e economistas *doublés* de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT (OLIVEIRA, 2003: p.).

³ Documento elaborado pelos principais líderes do PT, em São Paulo, que se constituiu num recado claro ao empresariado, às instituições policiais do capital financeiro, FMI, BIRD, BID e OMC, às grandes empresas e às grandes potências capitalistas: o governo Lula não romperia contratos. Confirmou-se na nomeação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que já estava carimbado devidamente na organização da transição como o mais novo converso ao neoliberalismo, e na indicação do presidente do Banco Central, o ex-presidente do *Bank Boston*, Henrique Meirelles. E, é por isso, que essa carta também ficou conhecida como “Carta aos banqueiros”, pois teve como objetivo tranquilizar os agentes do capital financeiro nacional e internacional.

Oliveira argumenta ainda que a nova classe tem unidade de objetivos, formou-se a partir do consenso ideológico sobre a nova função do Estado, trabalha no interior dos controles de fundos estatais e semiestatais e está no lugar que faz a ponte com o sistema financeiro.

Em *Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento*, Oliveira (2007) argumenta que se vive um momento de indeterminação na atual conjuntura política brasileira, especialmente sob o governo Lula. Ele coloca a questão nos seguintes termos:

As conseqüências para a política não poderiam ser mais devastadoras. A relação entre classe, interesses e representação foi para o espaço; a possibilidade da formação de consensos tornou-se uma quimera, mas, num sentido intensamente dramático, isso não é o anúncio do dissenso e não gera política. As relações são difusas e indeterminadas (OLIVEIRA, 2007: p.38).

Oliveira é taxativo quanto ao caráter neoliberal do governo Lula, especialmente quando faz suas considerações sobre a manutenção da política econômica conservadora herdada do governo Cardoso, que consolidou e aprofundou o modelo capitalista neoliberal no Brasil; e isto nos ajuda a compreender, assim como nas análises de Carcanholo e Sampaio Jr., as relações de continuidade entre o governo Cardoso e o governo Lula.

Ademais, a novidade mesmo da análise de Oliveira é sua elaboração sobre a existência de uma nova classe social no Brasil sob o governo Lula. Para ele, o que define essa nova classe é o acesso e controle dos fundos de pensão públicos, espaço de disputa e consenso entre tucanos e petistas.

Para nós, a existência dessa nova classe não se justifica, uma vez que, do ponto de vista marxiano ela seria uma “anomalia”, pois as classes sociais se constituem a partir das relações sociais de produção e não no mercado.

Dessa forma, não se trata de uma nova classe social, mas de um processo de cooptação das principais lideranças sindicais e estatização das suas centrais, com vistas ao estabelecimento do consenso em torno de um projeto que, na prática, não alterou a relação entre capital e trabalho.

1.3 O Brasil Capital-imperialista e o processo de transnacionalização e internacionalização da burguesia brasileira

Virgínia Fontes (2010), em seu texto *O Brasil capital-imperialista*, aponta algumas manifestações do processo que ela denomina de fuga para a frente capital-imperialista das burguesias brasileiras. Tal processo, por sua vez, não surge durante o governo Lula. O terceiro movimento de fuga para a frente e adequação burguesa ao formato capital imperialista contemporâneo se iniciou de maneira hesitante em finais da década de 1970, aprofundou-se nos anos 1980 para encontrar sua formatação política mais explícita a partir da década de 1990.

Fontes aponta que houve uma inflexão expressiva a partir da década de 1980, quando cresceu a exportação de capitais voltados para a extração de mais valor no exterior (investimentos diretos brasileiros no exterior) ao lado das exportações de mercadorias e *commodities*. Nesse momento, ocorria uma mudança qualitativa importante, em três direções.

A primeira, a de assenhorear-se de fontes de matérias primas nos demais países do continente. Na segunda, e que parece a mais indicativa, socialmente, da modificação em curso, trata-se da exploração da força de trabalho em outros países. Em terceiro lugar, essa expansão capital-imperialista favorece as políticas de alívio por gotejamento a determinadas pressões sociais internas, assim como se constitui em novo fator ufanista e obscurecedor das relações de exploração reais, internas e externas.

Um dado importante diz respeito ao fato de o processo de exportações de capitais brasileiros e de transnacionalização de empresas está especialmente voltado para os países da América do Sul. Para

se ter uma ideia em termos de números, segundo Informe Mercusor nº 12, do BID-INTAL, 2006-2007, a totalidade dos investimentos no exterior dos países do Mercosul alcançou a soma de US\$ 30,3 bilhões, dos quais 93% eram originados no Brasil.

A atuação das transnacionais brasileiras, na América do Sul, está presente no Uruguai, Argentina, Peru, Equador, Paraguai, Bolívia, Colômbia e Chile.

No Uruguai, destaca-se a atuação da JBS-Friboi, que juntamente com a Marfrig e a Bertin, controlavam um terço da produção uruguaia de carne bovina. A Marfrig e a Bertin foram, posteriormente, reunidas na JBS-Friboi. Em 2007, 81% das receitas dessa transnacional foram geradas pela sua atuação no exterior, assim como 64,6% dos empregos criados por essa empresa foram no exterior. Sendo, em 2007, de acordo com *ranking* promovido pela Valor Econômico e Sobett, a empresa brasileira mais internacionalizada.

Na Argentina, a Petrobras comprou a Pecom, passando a segundo grupo econômico no setor de petróleo de gás. A Camargo Correia comprou a maior fábrica de cimento do país, a Loma Negra. A Friboi comprou as unidades da Swift na Argentina e a norte-americana Pilgrim's Pride, tornando-se o maior polo frigorífico do mundo.

No equador, a Odebrecht participa de grandes empreendimentos desde 1987. Em 2007, 70,4% das receitas da Construtora Odebrecht foram advindas da sua atuação no exterior, se constituindo na segunda transnacional brasileira mais internacionalizada. As grandes empresas construtoras brasileiras – Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Mendes Júnior, Queiroz Galvão – iniciaram seu processo de transnacionalização na década de 1970, com forte apoio governamental, ainda sob a ditadura.

A Coteminas – a empresa transnacional brasileira mais internacionalizada, com 85,7% das suas receitas, em 2007, garantida pela sua presença no exterior – realizou uma fusão com a americana Springs em 2006, mantendo o controle da Spring Global com 58,95% de seu capital. Tornou-se a maior fabricante de cama, mesa e banho do mundo, detendo 7% do mercado mundial, concentrado nas Américas. A Coteminas está presente nos Estados Unidos, México, Argentina e Brasil.

Cabe destacar o peso da política governamental, que vem se transformando numa política de Estado, através do BNDES, no financiamento das transnacionais brasileiras. A política governamental de financiamento das empresas brasileiras no exterior pelo BNDES remonta ao governo Sarney, passando pelo governo Collor. No final do governo Cardoso realizou-se uma reforma nos estatutos do BNDES de forma a permitir o financiamento a operações de capital brasileiro no exterior. Posteriormente, no governo Lula, em 2005, esse processo foi aprofundado com a implementação de uma linha de crédito nesse banco para a internacionalização de empresas brasileiras.

A conversão do BNDES em alavanca para a transnacionalização de empresas brasileiras é parte essencial da política de Estado que procura aprofundar o processo de internacionalização das burguesias brasileiras. Além da compra de diversas empresas estrangeiras por empresas de origem brasileira (através de operações financeiras conhecidas como fusões), ocorreu intensa emigração brasileira com compra de terras na Bolívia e no Paraguai para plantação de soja e café.

O assenhoreamento de fontes de matérias primas, a exploração da força de trabalho em outros países e o favorecimento a políticas de alívio por gotejamento, são características dessa expansão capital-imperialista do Brasil. Segundo Fontes, trata-se de um processo em andamento e cujas transformações internas e no conjunto do subcontinente já envolvem o conjunto da vida social.

A caracterização do Brasil como um país capital-imperialista nos permite identificar o processo de transnacionalização e internacionalização das burguesias brasileiras – marcado essencialmente pela exploração de fontes de matérias primas e exploração da força de trabalho em outros países – com forte apoio de uma política de Estado específica, que tem no papel desempenhado pelo BNDES o seu principal fator de expansão.

Além do mais, a análise feita por Fontes do processo de transnacionalização das empresas brasileiras nos permite identificar que as mesmas, em sua grande maioria, são caracteristicamente produtoras de produtos de baixa intensidade tecnológica. Tais empresas estão voltadas para a produção de mercadorias e *commodities* de minério de ferro e petróleo e alimentos, além da forte presença das construtoras. Esse fato reforça o argumento já apresentado de reprimarização e desindustrialização da econômica brasileira.

O que nós estamos nos propondo a estudar é a relação dessa e de outras frações de classe da burguesia com o Estado no interior do bloco no poder no Brasil durante o governo Lula. O objetivo é conhecer essas relações para depois problematizar sobre a existência ou não de um novo bloco no poder sob o governo Lula.

Ademais, o entendimento da historiadora da Universidade Federal Fluminense sobre o Brasil como um país capital-imperialista precisa ser contrastado com a concepção de subimperialismo desenvolvida por Ruy Mauro Marini. Na verdade, uma argumentação não anula a outra, uma vez que a própria Fontes parte das contribuições de Marini. Fontes, por sua vez, procura destacar os elementos internos que impulsionam a atuação do Brasil como um país capital-imperialista.

Essa formulação encontra limites, pois por mais que exista um processo de internacionalização da burguesia brasileira (que ela está denominando de capital-imperialista), ele se dá no marco de uma atuação ainda ditada fortemente pelas “orientações” políticas dos organismos financeiros internacionais, além de não questionar a posição subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho, pois as empresas transnacionais mantêm o padrão de especialização da economia brasileira e, portanto, a sua subordinação financeira e tecnológica aos países capitalistas desenvolvidos.

Destacando os aspectos de continuidade entre os governos de Cardoso e Lula, Fontes nos ajuda a entender que o governo do PT aprofundou o processo de transnacionalização e internacionalização da burguesia brasileira, institucionalizando uma política de expansão dessa burguesia através do financiamento via BNDES.

Ademais, gostaríamos de fazer alguns apontamentos sobre os argumentos levantados por Luiz Filgueiras e Reinaldo Gonçalves e Valério Arcary, respectivamente.

Em primeiro lugar, falaremos sobre o bom desempenho da economia brasileira no período 2003-2006, favorecido por um contexto internacional onde o conjunto da economia mundial cresceu de forma expressiva. Por último, em segundo lugar, a partir das contribuições de Valério Arcary, discutiremos sobre a nova classe média e a mobilidade social no Brasil.

1.4 Conjuntura internacional, vulnerabilidade externa e modelo econômico

Luiz Filgueiras e Reinaldo Gonçalves (2007), em *A economia política do governo Lula*, tomam como ponto de partida da análise que a conjuntura internacional tem sido particularmente favorável desde 2003. Ou seja, o governo Lula teria sido beneficiário de um ciclo de expansão da economia mundial durante o período 2003-2006. A situação econômica internacional foi muito favorável em todas as esferas das relações econômicas internacionais, ou seja, nas esferas comercial, produtivo-real, tecnológica e monetário-financeira.

Através de um conjunto de dados empíricos, que abarcam as esferas já mencionadas, os autores nos apresentam um quadro sistemático a respeito da evolução da economia mundial. E, como veremos, o Brasil, como todos os outros países, foi beneficiado por esse pequeno ciclo de crescimento econômico. Uma conjuntura econômica tão favorável já ocorreu em outros momentos históricos: segunda metade da década de 1920; segunda metade da década de 1930; Segunda Guerra Mundial; início da década de 1950 até o final da de 1970; e de meados da década de 1990 até 2006.

Importante destacar que crescimento cíclico é algo inerente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e que depois de um ciclo de expansão da economia mundial sempre vem um

período de crise. E, mais uma vez se confirmou tal fato. Posteriormente ao período 2003-2006, nos deparamos com uma crise do sistema capitalista mundial em 2008, que se manifestou inicialmente no sistema financeiro dos Estados Unidos com a crise das subprimes⁴, e depois teve seus efeitos em todos os setores da economia estadunidense e, posteriormente, no conjunto da economia mundial.

Durante o primeiro governo de Lula (2003-2006) a taxa média de crescimento real da renda mundial foi de 4,9%, superando a taxa secular de crescimento da renda mundial – taxa média no período 1890-2006 – que é de 3,2% e no mesmo período a mediana das taxas de crescimento anual é 3,8%. Portanto, na esfera produtivo-real, a economia mundial teve, no período 2003-2006, um desempenho muito superior à sua média e mediana desde 1890. Ou seja, o contexto internacional foi muito favorável: no período 2003-2006, a taxa de crescimento econômico real foi 50% maior do que a média histórica.

Quando levamos em consideração a ampliação da capacidade produtiva, também fica evidente o dinamismo da esfera produtivo-real. O crescimento é substantivo na medida em que a taxa de investimento na economia mundial cresceu continuamente a partir de 2003. Esta taxa aumenta de 20,8% em 2002 para 22,8% em 2006.

Uma das causas que explicam esse ciclo de expansão da economia mundial refere-se ao dinamismo das “locomotivas” no sistema econômico internacional, a saber, Estados Unidos e China⁵.

Na esfera comercial, essa fase ascendente do ciclo da economia mundial caracteriza-se pelo crescimento do volume de comércio exterior e pela elevação dos preços internacionais. A pressão dos preços internacionais não pode ser considerada desprezível, especialmente no caso do petróleo e de outras *commodities*. No período de 2003-2006 o petróleo acumula elevação de preços superior a 150%, enquanto as outras *commodities* acumulam aumentos de preços de 80%.

O legado histórico de um modelo produtivo que não se desvincula da sua característica de produção e exportação de produtos primários, a necessidade de produzir sucessivos saldos positivos na balança comercial, a forte demanda por produtos primários de países como China e Estados Unidos e o aumento dos preços internacionais das *commodities*, fizeram o governo Lula dar continuidade ao modelo produtivo do governo de FHC e, em alguns aspectos, radicalizá-lo – por exemplo, a necessidade de produzir sucessivos saldos positivos na balança comercial, taxa de juros real alta, sobrevalorização da taxa de câmbio.

Na esfera monetário-financeira, teve-se uma conjuntura financeira internacional especialmente favorável para os países em desenvolvimento que têm problemas estruturais de vulnerabilidade externa. Segundo os dados citados por Filgueiras e Gonçalves, a melhora dos indicadores de vulnerabilidade financeira externa é generalizada e continua ao longo do período 2003-2006. O saldo da conta corrente do balanço de pagamentos desses países aumenta de US\$ 77 bilhões em 2002 para US\$ 544 bilhões em 2006. O aumento do saldo global das contas externas permitiu que as reservas internacionais desses países praticamente triplicassem, passando de US\$ 1.075 bilhões em 2002 para US\$ 3.019 bilhões em 2006. Os indicadores relativos também apontam para a redução da vulnerabilidade financeira conjuntural dos países em desenvolvimento.

⁴ Ver LIMA, M. C. *A crise financeira de setembro de 2008 é também uma crise paradigma*. Universidade Federal de São Carlos, 2009. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/184/150>. Acesso em maio de 2013.

⁵ O “efeito locomotiva” dos Estados Unidos se transmite internacionalmente por meio do déficit das contas de transações correntes do balanço de pagamentos do país. Esse déficit aumentou continuamente, de US\$ 472 bilhões em 2002 para US\$ 857 bilhões em 2006. O “efeito locomotiva” da China decorre, fundamentalmente, da sua “velocidade” e do seu crescente peso relativo na economia mundial. A expansão do comércio mundial é, ao mesmo tempo, causa e consequência da expansão da produção. O crescimento da demanda por importações, principalmente, dos Estados Unidos e da China, tem sido importante fonte de expansão das exportações e, portanto, da renda em escala global (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007:39,40).

Por fim, na esfera tecnológica, o progresso técnico, ancorado nas indústrias de informática e telecomunicações, continua a ser fator determinante na trajetória de crescimento de longo prazo da economia mundial. Os indicadores utilizados são aplicações em patentes, pagamentos de *royalties* e licenças, e gastos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Mesmo sendo beneficiário dessa conjuntura internacional substancialmente favorável, que permitiu ao país um crescimento econômico expressivo e uma maior inserção no sistema econômico internacional, o governo Lula não conseguiu diminuir a vulnerabilidade externa⁶ e a vulnerabilidade externa comparada do país. Houve melhoras nos indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural, devido à conjuntura internacional favorável⁷.

O argumento central de Filgueiras e Gonçalves é que, quando se descontam os efeitos da conjuntura internacional extraordinariamente favorável, chega-se a conclusão que a vulnerabilidade externa da economia brasileira no período 2003-2006 não é menor do que no período 1995-2002.

No período 2003-2006 houve dois fatos relevantes do ponto de vista da vulnerabilidade externa, a saber: I) diminuição dos indicadores conjunturais de vulnerabilidade externa no Brasil; e II) este fenômeno é generalizado para o conjunto da economia mundial. Ou seja, a redução da vulnerabilidade externa conjuntural é determinada, principalmente, por variáveis exógenas.

O IVEC (Índice de Vulnerabilidade Externa Comparada) eleva-se significativamente de 1995 a 2000, ou seja, durante todo o primeiro mandato Cardoso e até a primeira metade do seu segundo mandato. O índice diminuiu até 2003, aumentou em 2004-2005 e reduziu em 2006. Ou seja, durante o governo Lula, o IVEC não mostra qualquer tendência de evolução. Sendo assim, não se pode concluir que houve melhora ou piora da vulnerabilidade externa da economia brasileira comparativamente ao resto do mundo durante o governo Lula.

Se levarmos em consideração os dois mandatos de Cardoso, o IVEC médio (26,5) é inferior ao do governo Lula. Portanto, considerando o contexto internacional não há evidência de melhora da situação de vulnerabilidade externa do país durante o governo Lula, comparativamente ao governo FHC. Os dados mostram que a evidência é no sentido contrário.

A conclusão central de Filgueiras e Gonçalves é que a redução dos indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural do país ao longo do governo Lula não implica a diminuição da vulnerabilidade externa comparada do país, pois, quando se leva em conta o resto do mundo, a posição relativa do Brasil não se alterou. Ou seja, a melhora conjuntural decorre do contexto favorável. E, isto é mais verdadeiro, considerando-se que essa conjuntura internacional não foi aproveitada para iniciar um processo de inserção externa ativa nas esferas comercial e financeira.

Os autores afirmam que o governo Lula deve ser responsabilizado pela perda da extraordinária oportunidade criada pelo contexto internacional pós-2002. Tratou-se de uma rara oportunidade, que permitiria retirar o país da trajetória de instabilidade e crise que começou em 1980 e colocá-lo em outra

⁶ *Vulnerabilidade externa* é a capacidade de resistências a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos. *Vulnerabilidade externa estrutural* é determinada pelas opções e custos do processo de ajuste externo. A vulnerabilidade externa conjuntural depende positivamente das opções disponíveis e negativamente dos custos do ajuste externo. Ela é, essencialmente, um fenômeno de curto prazo. *Vulnerabilidade externa estrutural* decorre das mudanças relativas ao padrão de comércio, da eficiência do aparelho produtivo, do dinamismo tecnológico e da robustez do sistema financeiro nacional. A vulnerabilidade externa estrutural é determinada, principalmente, pelos processos de desregulamentação e liberalização nas esferas comercial, produtivo-real, tecnológica e monetário-financeira das relações econômicas internacionais do país. Ela é, fundamentalmente, um fenômeno de longo prazo. *Vulnerabilidade externa comparada* é dada pelo desempenho externo relativo de determinado país comparativamente ao desempenho externo relativo de outros países. Ela expressa a comparação entre países do diferencial relativo de indicadores de inserção econômica internacional (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007:35). Quadro 1.1 Vulnerabilidade externa: conceitos.

⁷ Somente nos mandatos de Café Filho (1955), Castelo Branco (1964-66) e Garrastazu Médici (1970-73) a conjuntura internacional foi mais favorável do que no governo Lula, no período 2003-2006 (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007:48).

trajetória de desenvolvimento econômico estável e dinâmico (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007:58).

1.5 Mobilidade social e nova classe média

O argumento defendido por Valério Arcary (2011), em *Um reformismo quase sem reformas*, é que como o Brasil se transformou em uma economia periférica de baixo crescimento, ou seja, perdeu o impulso da etapa da urbanização acelerada, desapareceu o principal fator de impulso da mobilidade social que existiu até 1980. No entanto, Arcary afirma que esse tema não é simples, uma vez que o país viveu, a partir de 2004, uma sequência de anos em que aconteceu uma redução do desemprego, aumento do salário mínimo e lenta recuperação do salário médio, depois de quinze anos de regressão social, e predominou na classe trabalhadora uma sensação de alívio.

Para Arcary, o aumento do consumo não é demonstração suficiente de que existiria uma nova classe média. De acordo com estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) do rio, a classe C⁸ representa hoje 52% da população (eram 44% em 2002). Entre 2003, quando a classe C respondia por 37% da renda nacional (salários, benefícios sociais e previdenciários, juros e aluguel) e 2008, 26,9 milhões chegaram a este grupo. O segmento detém 46% dos rendimentos das pessoas físicas. O rendimento real médio, em fevereiro de 2010, foi R\$ 1.398,90, segundo o IBGE.

O aumento da capacidade de consumo de uma parcela dos assalariados mais pobres é uma boa notícia, mas é insatisfatório como demonstração da formação de uma nova classe média. Segundo o historiador marxista, a elevação do salário acima da inflação, a ampliação da acessibilidade ao crédito e a redução do desemprego – associados a políticas públicas, como o Bolsa Família – parecem ter sido os principais fatores do aumento do consumo das famílias entre 2004 e 2009.

Mas é um abuso concluir, por analogia com outros períodos históricos, que a mobilidade social estaria mais intensa. Sendo assim, o consumo de bens duráveis e semi-duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, não é adequado para demonstrar que teria surgido uma nova classe média. Ele ainda sustenta que o aumento do consumo foi circunstancial porque o crescimento do acesso ao crédito não parece sustentável diante do aumento desproporcional da inadimplência, que se aproxima rapidamente do número alarmante de 10%.

Uma coisa é preciso reconhecer: a disparidade de renda entre os assalariados – as diferenças entre o salário médio do trabalho manual, o salário médio dos trabalhadores em função de rotina, e o salário médio dos assalariados com nível superior – veio diminuindo nos últimos quinze anos no Brasil. No entanto, isso não nos permite concluir que diminuiu a desigualdade social entre capital e trabalho, nem afirmar que a mobilidade social relativa é maior que no período histórico anterior a 1980.

A explicação para a redução das desigualdades entre os assalariados, sugere Arcary, parece estar na diminuição do desemprego entre 2004/2008, e nos programas de distribuição de renda como, por exemplo, a valorização do salário mínimo, a cobertura mais universal da aposentadoria do INSS, e o Bolsa Família.

A mobilidade social absoluta, à exceção de fenômenos regionais muito localizados como no oeste do Paraná e de São Paulo, ou na fronteira agrícola do Mato Grosso, por exemplo, se perdeu com a estagnação econômica de longa duração da econômica brasileira. A ampliação dos benefícios da assistência social permitiu a redução da miséria, mas a oferta de empregos, mesmo durante o último ciclo de expansão, não aumentou o salário médio, nem reduziu a rotatividade da mão de obra. A mobilidade relativa através da educação ficou mais difícil porque o salário em ocupações de nível

⁸ A chamada “classe C” é um segmento da população brasileira que tem renda mensal entre R\$ 1.115 e R\$ 4.807, em valores de fevereiro de 2010. Para Arcary, o processo de elevação da renda dessa classe precisa ser mediado pelo aumento da inflação do período e, repousa, em primeiro lugar, na diminuição do desemprego que veio com o aumento da capacidade produtiva (ARCARY, 2012:42).

superior mantém o ritmo de queda lenta. Não está surgindo uma pujante nova classe média. O que está ocorrendo é a proletarização da classe média assalariada (ARCARY, 2012: p.59).

Para este autor, a desigualdade social não diminuiu, e aumentou a rigidez social. Citando estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ele nos informa que 1% dos brasileiros (1,9 milhão de pessoas) detém uma renda equivalente a da parcela formada pelos 50% mais pobres (96,5 milhões de pessoas). Isso quer dizer que, depois de oito anos de governo Lula, 1% da população, os verdadeiramente muito ricos, possuem uma renda igual à metade do povo brasileiro.

Por fim, Arcary argumenta que a tendência histórica de lenta, porém persistente decadência econômica do capitalismo brasileiro, não parece ter sido revertida pelo crescimento econômico entre 2004/2008. A oscilação do PIB de 2009 sob o impacto da crise mundial, por exemplo, voltou a ser negativa: menos 0,2%. Aconteceu uma recuperação em 2010, porém, se manteve a média que vigorou entre 2004/2008. A estagnação de longa duração se expressou na manutenção de um PIB *per capita* congelado ao longo de três décadas. Essa é a informação econômico-social mais relevante.

2. Considerações finais

Procurou-se nesse trabalho conhecer e problematizar os elementos de continuidade entre os governos de Cardoso e Lula. Fizemos uma leitura da bibliografia citada, procurando pensar sobre o primeiro momento da nossa hipótese, que diz respeito à manutenção e aprofundamento da hegemonia neoliberal durante o governo Lula.

Sampaio Jr. e Carcanholo nos ajudaram a refletir sobre o processo de aprofundamento da reprimarização do setor produtivo da economia e a diminuição da participação da indústria, principalmente da indústria de transformação, na composição do PIB brasileiro. Eles destacam que o governo Lula procurou estabelecer um consenso em torno do projeto, ao incorporar setores do grande capital produtivo no interior do modelo, o que nos oferece elementos para pensarmos sobre o segundo momento da nossa hipótese, que diz respeito à “ascensão da grande burguesia interna industrial e agrária no interior do bloco no poder”.

Através da reflexão de Fontes, procuramos discutir sobre o processo de transnacionalização e internacionalização da burguesia brasileira. Cabe destacar que esse processo não surge durante o governo Lula, mas que o mesmo conformou uma política de Estado via Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) de financiamento, através de uma linha de crédito específica, da expansão da atuação de empresas brasileiras nos países da América Latina e do continente africano, além de países da Europa. Atuação essa que se baseia na extração de recursos naturais de outras nações e na exploração da força de trabalho barata dos trabalhadores desses países.

Filgueiras e Gonçalves nos ajudaram a entender o contexto internacional favorável entre 2003-2006, o que possibilitou crescimento da economia brasileira e os investimentos realizados pelo governo Lula, tanto em termos de política social como no que diz respeito a ações mais estratégicas. Eles ainda destacam a continuidade da política econômica ortodoxa, herdada do governo Cardoso e a manutenção da vulnerabilidade externa comparada.

O debate sobre mobilidade social apresentado por Arcary nos permitiu problematizar sobre o discurso político interno do governo sobre a existência de uma nova classe média, o que teria sido possível via aumento do consumo e da renda.

Referências

ARCARY, V. *Existe uma nova classe média no Brasil?* In. Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

- BOITO JR., A. *A hegemonia neoliberal no governo Lula*. Crítica Marxista n. 17. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003. p. 10-36.
- CARCANHOLO, R; SAMPAIO JR., P. A. *Identificación y análisis de los principales cambios realizados por los nuevos gobiernos. Brasil*. In. Los gobiernos progresistas en debate. Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Buenos Aires, Argentina, 2006.
- FILGUEIRAS, L; GOLÇALVES, R. *Contexto internacional*. In. A economia política do governo Lula. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- _____. *Inserção internacional e vulnerabilidade externa*. In. A economia política do governo Lula. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- FONTES, V. O Brasil capital-imperialista. In. O Brasil e o capital imperialismo. Rio de Janeiro: EPSJV-UFRJ, 2010.
- LIMA, M. C. *A crise financeira de setembro de 2008 é também uma crise paradigma*. Universidade Federal de São Carlos, 2009. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/184/150>. Acesso em maio de 2013.
- OLIVEIRA, F. *O ornitorrinco*. In. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. Hegemonia às avessas. In. OLIVEIRA, F; BRAGA, R; RIZEK, C. (Orgs.) Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *O momento Lênin*. Relatório final do projeto Fapesp “O pensamento nas rupturas da política”. São Paulo: Novos Estudos nº 75, 2006.
- _____. *Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento*. In. OLIVEIRA, F; RIZEK, C. S. (Orgs.). Política numa era de indeterminação. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SAMPAIO JR., P. A. Brasil: as esperanças no vingaram. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar//ar/libros/osal/osal18/AC18Sampaio.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2013.